



CONDUTA Efraim esclarece que seu objetivo, na CPI, é apenas desvendar a verdade sobre as denúncias

Efraim diz não aceitar intimidação

O senador Efraim Morais afirmou ontem que manterá sua independência na condução da CPI dos Bingos. Ele respondeu a suposta tentativa dos governistas de investigar sua atuação na Mesa da Câmara dos Deputados, em legislaturas passadas. O motivo, segundo o *Correio Braziliense*, seria a atuação antigovernista adotada por Efraim na CPI dos Bingos. O senador explicou que seu objetivo é, unicamente, desvendar a verdade, como a sociedade deseja.

Página 5

Nova audiência discute projeto sobre florestas

Alvo de grande número de manifestações contrárias ou favoráveis, o projeto que autoriza a União a oferecer concessões de florestas públicas para exploração pelo setor privado terá, hoje, nova rodada de discussão no Senado. Será a segunda reunião pública destinada a subsidiar a análise da proposta. Agora, o debate contará com a participação de seis especialistas, entre representantes de universidades e do governo.

Página 7

Segurança reforçada para ouvir Toninho da Barcelona

Doleiro que cumpre pena na penitenciária de Avaré presta depoimento a partir das 11h na CPI dos Bingos. CPis realizam hoje diversas audiências

Toninho da Barcelona declarou a integrantes da CPI dos Correios ter operado dólares no exterior para o PT. Ele cumpre pena de 25 anos por lavagem de dinheiro, evasão de divisas e crimes tributários. Seu depoimento está sendo considerado um dos mais importantes da CPI dos Bingos. Também será ouvido hoje, na CPI do Mensalão, João Cláudio Genu, ex-assessor do PP, que teria sacado

R\$ 4,1 milhões das contas de Marcos Valério, segundo o próprio empresário. O presidente do PP, Pedro Corrêa, admitiu que Genu sacou apenas R\$ 700 mil. Sub-relatorias da CPI dos Correios fazem audiências hoje com o presidente do banco BMG, Ricardo Guimarães, advogado Rogério Tolentino, ex-diretor dos Correios Maurício Mardureira e representantes da empresa Beta.

Páginas 3 e 4



RELAÇÕES Acompanhado dos senadores Pedro Simon, Cristovam Buarque e Ney Suassuna, Renan Calheiros conversa com o presidente austríaco Heinz Fischer

Renan recebe o presidente da Áustria

O presidente do Senado, Renan Calheiros, recebeu ontem a visita do presidente da Áustria, Heinz Fischer. Com mandato até 2010, Heinz Fischer disse que é a quarta vez

que visita Brasília. Renan destacou as relações entre os dois países, que remontam ao período anterior à independência brasileira. Observou que o casamento da princesa Leopoldina

com dom Pedro I facilitou o apoio da Áustria à independência. Participaram da audiência, também, os senadores Pedro Simon, Cristovam Buarque e Ney Suassuna.

Página 8

Senado debate no Sul controle do tabaco

Autoridades sanitárias e produtores de fumo participam de audiência na sexta-feira.

Página 6



ESFORÇO Valdir Raupp elogia acordo entre Petrobras e Eletrobrás para ampliar projetos no setor

Raupp destaca pesquisa sobre fontes de energia

Valdir Raupp (PMDB-RO) anunciou ontem, em Plenário, a assinatura de um acordo de cooperação entre a Petrobras e a Eletrobrás, destinado a desenvolver projetos voltados para o atendimento de necessidades energéticas, combinando eletricidade, energia nuclear, gás natural e outros combustíveis fósseis.

– Durante cinco anos, duas das maiores empresas brasileiras buscarão ampliar a capacidade do país na área de pesquisas – disse Raupp.

Para o senador, as pesquisas que serão realizadas em conjunto pelas duas estatais poderão incentivar o desenvolvimento da indústria nacional de bens de capital e de serviços. Também serão feitos estudos sobre a oferta e a demanda de energia. Ele destacou a importância dessa política de cooperação e da “superação de distâncias e diferenças entre empresas estatais”.

Segundo Raupp, o acordo deve ser assinado amanhã, no Ministério de Minas e Energia. Um conselho diretor integrado por cinco membros de cada estatal fará a gestão do acordo, fixando as suas diretrizes.

Agenda

Doação de aviões à Bolívia e ao Paraguai

Na pauta da sessão de hoje, às 14h, projeto que autoriza o governo brasileiro a doar seis aeronaves T-25 ao governo da Bolívia e outros seis aparelhos do mesmo modelo ao Paraguai (PLC 74/05).

Constam ainda na ordem do dia do Plenário propostas de emendas constitucionais e projeto visando assegurar às casas de abrigo recursos do Fundo Penitenciário (PLC 109/03).



Comissão ouve presidente do INSS

A Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH) ouve, às 9h30, o presidente do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), Valdir Simão, que falará sobre a crise no atendimento da autarquia. Às 11h, a Comissão de Educação (CE) analisa a concessão de vagas semigratuitas no ensino superior privado (PLS 1/04), além de projetos de decretos legislativos que tratam da concessão de serviços de rádio e TV.

Barcelona na CPI dos Bingos, Genu na do Mensalão

Às 11h, a CPI dos Bingos vai ouvir o doleiro Antônio Oliveira Claramunt, o Toninho da Barcelona, que alegou ter feito operações financeiras ilegais em nome de figuras importantes do governo e do Partido dos Trabalhadores. Depois da reunião

administrativa marcada para as 10h, a CPI do Mensalão toma depoimento do ex-assessor do PP João Cláudio Genu, que confirmou ter repassado dinheiro do empresário Marcos Valério a políticos indicados pelo partido.

Mais audiência sobre florestas públicas

Em reunião marcada para as 9h30, as comissões de Assuntos Econômicos (CAE); de Constituição e Justiça (CCJ); e de Meio Ambiente (CMA) continuam a discutir projeto que divide as florestas públicas em três áreas, destinadas a comunidades locais, à preservação ambiental e à exploração econômica por empresas privadas, mediante licitação. O projeto (PLS 62/05) está na pauta das três comissões.



CAE pode autorizar empréstimo de R\$ 1 bilhão

Além do projeto das florestas públicas, a Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) analisa, a partir das 11h30, autorizações para empréstimos. Um deles, de até US\$ 1 bilhão, é para o Programa de Apoio

ao Sistema de Proteção Social. Também está em discussão proposta que objetiva flexibilizar regras para transferências de sigilo entre as instituições fiscalizadoras do Estado (PLS 49/05).

Clonagem de celulares

O presidente da Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel) comparece, às 10h, à Comissão de Serviços de Infra-Estrutura (CI) para prestar explicações sobre o aumento das ocorrências de clonagem de celulares. Ele deverá abordar os motivos que levaram ao crescimento da prática e as iniciativas tomadas para resolver o problema.

Sub-relatorias dos Correios

Na CPI dos Correios, estão previstas reuniões das sub-relatorias, a partir das 14h. A Sub-Relatoria de Contratos vai ouvir o ex-diretor de operações dos Correios Maurício Madureira, e dirigentes da Beta, operadora da Rede Noturna dos Correios; e a de Fontes Financeiras, o presidente do banco BMG, Ricardo Annes Guimarães.

Agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na Internet, no endereço www.senado.gov.br/agencia/agenda/agenda.asp



PLEITO Segundo Paim, docentes pedem melhoria salarial e plano de carreira, entre outras medidas

Paim defende diálogo com professores

O senador Paulo Paim (PT-RS) pediu, ontem, ao Ministério da Educação (MEC) que volte a negociar com os professores e servidores das universidades federais em greve. Eles reivindicam melhorias salariais, planos de carreira e contratação de mais professores.

Segundo Paim, 38 universidades já aderiram ao movimento, iniciado em 17 de agosto. O senador disse que é preciso dialogar com os professores para se "construir um entendimento". Em apertes, recebeu apoio de Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR), Mão Santa (PMDB-PI) e Ney Suassuna (PMDB-PB).



CARÊNCIA Suassuna diz que faltam equipamentos na UTI do Hospital Universitário de Campina Grande

Suassuna relata crise de hospital na Paraíba

O líder do PMDB, senador Ney Suassuna (PB), relatou ontem, em Plenário, visita surpresa por ele feita ao Hospital Universitário de Campina Grande (PB), quando inspecionou as condições de funcionamento da instituição, vinculada à universidade federal do município.

Suassuna disse que o hospital, com capacidade de atendimento de até 28 mil pacientes por mês, está passando por graves dificuldades, como falta de equipamentos no Centro de Tratamento Intensivo (CTI) e até de panelas na cozinha.

JORNAL DO SENADO

www.senado.gov.br
E-mail: jornal@senado.gov.br
Tel.: 0800-612211 - Fax: (61) 3311-3137

Endereço: Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado Federal, 20º andar - Brasília - DF CEP 70165-920

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Renan Calheiros
1º Vice-Presidente: Tião Viana
2º Vice-Presidente: Antero Paes de Barros
1º Secretário: Efraim Morais
2º Secretário: João Alberto Souza
3º Secretário: Paulo Octávio
4º Secretário: Eduardo Siqueira Campos
Suplentes de Secretário: Serys Silhessarenko, Papaléo Paes, Alvaro Dias e Aelton Freitas

Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia
Secretário-Geral da Mesa: Raimundo Carreiro Silva
Diretor da Secretaria Especial de Comunicação Social: Armando S. Rollemberg
Diretor de Jornalismo da Secretaria Especial de Comunicação Social: Helival Rios
Diretor do Jornal do Senado: Eduardo Leão (61) 3311-3333
Editores: Djalba Lima, Edson de Almeida, Iara Altafin, José do Carmo Andrade e Mikhail Lopes
Especial Cidadania: Treici Schwengber (61) 3311-1620
Diagramação: Henrique Eduardo L. de Araújo, Iracema F. da Silva, Osmar Miranda e Sergio Luiz Gomes da Silva
Revisão: Eny Junia Carvalho, Lindolfo do Amaral Almeida, Miquéas D. de Moraes e Rita Avellino
Tratamento de imagem: Edmilson Figueiredo e Humberto Sousa Lima
Arte: Bruno Bazílio e Cirilo Quartim
Arquivo fotográfico: Elida Costa (61) 3311-3332
Circulação e atendimento ao leitor: Shirley Velloso Alves (61) 3311-3333
Agência Senado
Diretora: Valéria Ribeiro (61) 3311-3327
Chefia de reportagem: Denise Costa e Davi Emerich (61) 3311-1670
Edição: Rita Nardelli e Flávio de Mattos (61) 3311-1151

O noticiário do *Jornal do Senado* é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

Impresso pela Secretaria Especial de Editoração e Publicações



Sistema de segurança do Senado será reforçado hoje em razão do depoimento de Toninho da Barcelona na CPI dos Bingos; sub-relatorias dos Correios realizam diversas audiências; CPI do Mensalão ouve João Carlos Genu, ex-assessor do PP

Toninho da Barcelona depõe hoje

O Senado vai reforçar hoje o sistema de segurança da Casa. É que às 11h irá depor na Comissão Parlamentar de Inquérito dos Bingos o doleiro Antônio Oliveira Claramunt – o Toninho da Barcelona –, que cumpre pena de 25 anos na penitenciária de Avaré (SP) por lavagem de dinheiro, evasão

de divisas e crimes tributários. Ele teria operado dólares para o Partido dos Trabalhadores no exterior, conforme declarou a integrantes da CPI dos Correios.

Toninho da Barcelona deverá desembarcar no Aeroporto Internacional de Brasília às 9h20, em voo da TAM, proce-

dente de Curitiba (PR). Ele viaja trajando um colete à prova de balas, algemado e escoltado por três agentes, sendo dois da Polícia Federal e um do Senado Federal. Tão logo desembarque no aeroporto, Toninho da Barcelona seguirá diretamente para o edifício do Senado, onde deverá chegar por volta

das 10h. O retorno a Curitiba já está marcado para as 19h40 de hoje.

As informações foram prestadas ontem, por telefone, à Agência Senado, pelo secretário da CPI dos Bingos, Augusto Panisset, que se encontra em Curitiba desde o domingo, tratando, junto às autoridades

policiais, da documentação necessária à liberação de Toninho da Barcelona para o depoimento. Panisset retornará a Brasília no mesmo voo em que estará o doleiro.

O depoimento de Toninho da Barcelona está sendo considerado como um dos mais importantes da CPI dos Bingos.



EXPLICAÇÃO Integrantes da CPI dos Correios esperam que controlador do Opportunity esclareça depósitos nas contas do empresário Marcos Valério

Amanhã será a vez do banqueiro Daniel Dantas

A Comissão Parlamentar Mista de Inquérito dos Correios vai ouvir amanhã, às 10h, em reunião conjunta com a CPI do Mensalão, o banqueiro Daniel Dantas, do Opportunity. Dantas vai tentar esclarecer por que empresas de telefonia das quais é acionista fizeram depósitos nas contas do empresário Marcos Valério Fernandes de Souza, acusado de operar o mensalão.

As sub-relatorias da CPI dos Correios também vão realizar audiências nesta semana. Hoje, a sub-relatoria que investiga as agências de publicidade DNA e SMP&B, de Marcos Valério, e as fontes financeiras irá ouvir, às 14h, o presidente do banco BMG, Ricardo Guimarães, além de Rogério Lanza Tolentino, sócio de Marcos Valério. Já a sub-relatoria de Contratos vai receber, às 14h, o ex-diretor de Operações da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos (ECT) Maurício Madureira. Às 17h, Ioannis Amerssonis, Michel Abud Atiê Junior e Antonio Augusto Leite Filho, representantes da empresa de transporte aéreo de carga Beta, também vão prestar esclarecimentos à

sub-relatoria.

Na quinta-feira, a CPI realiza reunião administrativa para a votação de requerimentos e a definição da agenda das próximas semanas. No último encontro da comissão, os parlamentares aprovaram a convocação de André Marques da Silva, presidente da seguradora Interbrazil, e de René Garcia Júnior, que preside a Susep (Superintendência de Seguros Privados). Eles vão esclarecer denúncias veiculadas pelo *Jornal Nacional*, da TV Globo, indicando que a Interbrazil pagava contas do PT para ter informações privilegiadas e conseguir contratos com o governo Luiz Inácio Lula da Silva. Adhemar Palocci, irmão do ministro da Fazenda, Antonio Palocci, é ligado à Interbrazil, e o requerimento para sua convocação foi rejeitado.

Barcelona

O depoimento do doleiro Antonio Oliveira Claramunt, o Toninho da Barcelona, à CPI dos Bingos, marcado para hoje, a partir das 11h, terá a participação de representantes das CPIs dos Correios e do Mensalão.

Lando se diz cético em relação a depoimentos

Na semana em que o banqueiro Daniel Dantas, o doleiro Antônio Oliveira Claramunt, o Toninho da Barcelona, e o ex-assessor do PP João Cláudio Genu comparecem às CPIs, o presidente da CPI do Mensalão, senador Amir Lando (PMDB-RO), se disse cético em relação aos resultados desses depoimentos.

– Não quero antecipar nenhum juízo, mas sou um pouco cético quanto aos depoimentos, a não ser no caso de testemunhas que realmente estiveram alheias ao processo. Aqueles que têm culpa no cartório, rabo preso, esses falam muito pouco, porque não querem se auto-incriminar – disse ele.

Quanto ao depoimento de Barcelona, em especial, ele recomendou cautela.

– Temos que ter muito espírito crítico. Não podemos simplesmente trazer para dentro da CPI as palavras do doleiro. Temos que buscar a fundamentação, a prova material, a conclusão que realmente possa dar segurança, elementos concretos e indiscutíveis – ponderou.

Tripé

Amir Lando destacou que a missão da CPI do Mensalão é saber quem foi beneficiado por vantagem ilícita, quem pagou e de onde veio o dinheiro.

– Esse tripé é a essência da CPI – afirmou.

Daniel Dantas será ouvido em conjunto pelas CPIs dos Correios e do Mensalão amanhã, às 10h. Toninho da Barcelona, por sua vez, comparecerá hoje à CPI dos Bingos. João Cláudio Genu também será ouvido hoje pela CPI do Mensalão.



CONTRADIÇÃO Plenário da CPI do Mensalão vai questionar ex-assessor do PP sobre saques; presidente do partido desmente Marcos Valério

CPI do Mensalão ouve Genu, ex-assessor do PP

A Comissão Parlamentar Mista de Inquérito do Mensalão ouve hoje, a partir das 11h30, o ex-assessor da liderança do PP João Cláudio Genu, que teria sacado R\$ 4,1 milhões das contas de Marcos Valério Fernandes de Souza no Banco Rural, de acordo com a lista entregue pelo próprio Marcos Valério à comissão.

Em depoimento à CPI na semana passada, o presidente do PP, deputado Pedro Corrêa (PE), admitiu apenas que Genu teria sacado R\$ 700 mil – dinheiro que, segundo ele, teria sido usado para pagar o advogado do deputado Ronivon Santiago (PP-AC), cujo mandato foi cassado pela Justiça Eleitoral no ano passado.

Antes, a partir das 10h, a CPI do Mensalão escolhe seu novo vice-presidente e vota alguns dos 479 requerimentos de quebra de sigilos e de convocação de depoentes já apresentados. Por determinação do presidente Amir Lando (PMDB-RO), essa parte da reunião não será aberta à imprensa, para que os trabalhos sejam acelerados. “Caso contrário, não se vota nada”, argumentou.

Expectativa

O momento mais esperado dos trabalhos da CPI do Mensalão desta semana, no entanto, deverá acontecer amanhã, a partir das 10h, quando Daniel Dantas, dono do Banco Opportunity, vai prestar depoimento. Ele deverá explicar os motivos pelos quais o grupo que preside depositou cerca de R\$ 140 milhões nas contas das empresas SMP&B e DNA, ambas de propriedade de Marcos Valério, acusado de ser o principal operador do “mensalão”. A reunião será conjunta com a CPI dos Correios, que também havia aprovado requerimento para ouvir Dantas.

Há grande expectativa nas comissões em relação ao depoimento de Dantas, porque o Opportunity conseguiu obter, no processo de privatização ocorrido durante o governo Fernando Henrique Cardoso, o controle acionário das empresas de telefonia Telemig Celular, Amazônia Celular e Brasil Telecom – razão pela qual enfrenta conflito na Justiça com os fundos de pensão que tentam retomar o controle acionário dessa empresas.



As CPIs da Terra e dos Correios devem cumprir os prazos previstos – 30 de novembro e 11 de dezembro. Já a dos Bingos, cujo prazo vai até 26 de outubro, e a do Mensalão, até 16 de novembro, devem pedir prorrogação, mas finalizar suas atividades ainda este ano

CPIs devem encerrar trabalhos até dezembro

Quatro das cinco comissões parlamentares de inquérito atualmente em funcionamento no Senado ou no Congresso devem terminar seus trabalhos até o final do ano, caso não seja requerida a prorrogação de seus prazos. É provável que as CPIs da Terra e dos Correios encerrem suas atividades dentro do previsto.

O primeiro prazo a expirar é o da CPI dos Bingos. Instalada em 29 de junho para funcionar por 120 dias, a previsão inicial é de que a comissão apresente suas conclusões em 26 de outubro. Como a metade das pessoas

convocadas para depor nessa comissão ainda não foi ouvida, é possível que seu prazo de funcionamento seja aumentado.

Também tem previsão de atuação de quatro meses a Comissão Parlamentar de Inquérito da Compra de Votos, conhecida como CPI do Mensalão, com final previsto para 16 de novembro. As outras três CPIs – da Terra, dos Correios e da Emigração Ilegal – foram criadas para trabalhar durante 180 dias.

A CPI da Terra deverá terminar no prazo previsto – 30 de novembro. O relator, deputado



Fim das atuais comissões de inquérito

Prazos previstos para o fim das CPIs

	Compra de Votos (Mensalão)	Terra	Bingos	Correios	Emigração
Instalação	20/7/05	09/12/03	29/6/05	15/6/05	22/6/05
Tempo de duração	120 dias	180 dias	120 dias	180 dias	180 dias
Prazo final*	16/11/05	30/11/05**	26/10/05	11/12/05	17/2/05

* O prazo final das CPIs pode ser prorrogado, segundo as normas do Regimento Interno.
** O prazo dessa comissão já foi prorrogado.

João Alfredo (PT-CE), já estaria preparando o relatório final, segundo informações da Secretaria das Comissões.

Também o presidente da CPI dos Correios, senador Delcídio Amaral (PT-MS), já confirmou que pretende terminar os trabalhos na data prevista, sem prorrogação. O relatório final deverá, portanto, ser apresentado até 11 de dezembro. A

comissão aprovou um relatório parcial em conjunto com a CPI do Mensalão, quando indicou nomes de 18 deputados envolvidos em suposto esquema de recebimento irregular ou ilícito de dinheiro.

As comissões temporárias do Congresso extinguem-se por término do prazo pelo qual foram criadas, mas podem ser prorrogadas por “tempo deter-

minado, não superior a um ano”, de acordo com o Regimento Interno. Outra possibilidade de renovação é pelo término da sessão legislativa ordinária. Nesse caso, podem ser prorrogadas até o fim da sessão legislativa seguinte.

Apenas a CPI da Emigração tem previsão de funcionar até 2006, com encerramento previsto para 17 de fevereiro.

Maciel pede mudança na legislação eleitoral

O senador Marco Maciel (PFL-PE) disse ontem que, após o fim das investigações sobre as denúncias de corrupção e a punição de possíveis culpados, será necessário elaborar uma legislação que evite a repetição das irregularidades identificadas. As reformas política e eleitoral, opinou, são condições fundamentais para melhorar a governabilidade do país.

– Precisamos encurtar a duração das campanhas eleitorais, diminuir seus custos e lhes dar transparência – defendeu.

Maciel saudou a iniciativa do presidente do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), ministro Carlos Velloso, de criar um grupo formado por juristas, cientistas políticos, membros da Justiça Eleitoral e do Tribunal de Contas da União (TCU) para



CONTROLE Marco Maciel defende a redução do tempo e dos custos das campanhas eleitorais

estudar e propor mudanças na legislação política e eleitoral. A expectativa é que algumas das propostas sugeridas possam ser implementadas já em 2006.

Lavagem

Entre as sugestões da comissão criada pelo TSE, destaca-se a inclusão dos crimes de lavagem de dinheiro e contra a ordem tributária na lista da-

queles que podem tornar um candidato inelegível. Pode ser proposta também a ampliação de três para seis anos do prazo para a Justiça declarar essa inelegibilidade. A regra seria aplicada no caso de candidatos condenados por sentença judicial transitada em julgado não só pela prática dos delitos citados, mas por crimes eleitorais, contra a administração pública, por tráfico de drogas, entre outros.

Em aparte, o senador Paulo Paim (PT-RS) afirmou que o Congresso deve deliberar sobre as reformas política e eleitoral o quanto antes, para que as mudanças já possam valer no próximo ano. Para Mão Santa (PMDB-PI), o povo precisa escolher melhores representantes políticos.



PERSISTÊNCIA Segundo Mão Santa, a cura levará algum tempo, pois “a roubalheira é antiga”

Mão Santa: corrupção é doença crônica

O senador Mão Santa (PMDB-PI) afirmou ontem, em Plenário, que a corrupção no Brasil é uma doença crônica, para a qual existe tratamento, mas que levará tempo para se obter a cura.

– O país é um doente grave. A doença não tem cura rápida, pois é velha e crônica e só agora o país fez o diagnóstico. A roubalheira é antiga, mas é preciso dar o primeiro passo para a higienização – disse.

O senador demonstrou otimismo, dizendo que espera o nascimento de um novo país com o fim da atual crise. Ele advertiu que isso não deve acontecer com uma reforma política feita “a toque de caixa”, mas sim com o envolvimento dos brasileiros e da imprensa, que viria atuando com mais transparência.

O peemedebista apontou também a necessidade de fortalecimento dos três Poderes. Conforme observou, todos cometem falhas, mas o Legislativo é o mais exposto.

Ana Júlia repudia denúncias publicadas pela revista Veja

Em nota oficial divulgada no sábado, a senadora Ana Júlia Carepa (PT-PA) repudiou denúncias publicadas pela revista *Veja* desta semana, segundo as quais ela teria recebido recursos, para sua campanha eleitoral à prefeitura de Belém, de empresas que obteriam favores

junto ao Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama).

Na nota, a senadora vincula as acusações ao presidente do Sindifloresta, Mário Rubens Rodrigues. De acordo com Ana Júlia, essas denúncias começaram quando Mário

Rubens teve um projeto de manejo florestal indeferido pelo Ibama. A nota informa que Mário Rubens já foi preso em flagrante pelo uso de notas fiscais falsas e condenado na Justiça Federal por ameaça ao gerente do Ibama.

“Todas as denúncias cairão por terra e poderei provar

definitivamente a falsidade delas quando documentos do Banco Central vierem a público. Aí, quero ver se a *Veja* fará o mesmo estardalhaço para informar seus leitores da verdade, a exemplo do que fez para veicular-lhes tais mentiras”, questionou a parlamentar.



EVIDÊNCIA “Vou provar a falsidade das denúncias com documentos do Banco Central”, ressalta Ana Júlia



Lando vê falta de vontade política para reformas; Efraim afirma que continuará agindo com independência à frente da CPI dos Bingos

Efraim diz que não aceita intimidação do governo

O presidente da CPI dos Bingos, senador Efraim Morais (PFL-PB), disse ontem, em Plenário, que vai continuar com a mesma independência na condução dos trabalhos da comissão. Ele respondeu a reportagem do jornal *Correio Braziliense*, sob o título "Mais fogo contra Lula", segundo a qual os governistas pretendem investigar a atuação de Efraim na Primeira Secretaria da Câmara. O motivo, segundo a reportagem, seria a dureza contra o governo empreendida pelo senador à frente do colegiado.

Efraim, que é 1º secretário do Senado, informou que nunca foi 1º secretário da Câmara, mas sim 4º secretário (por duas vezes), 1º vice-presidente e depois presidente da Câmara. O sena-



Fotos: Rosewell Pinheiro
DETERMINAÇÃO Efraim ressalta que está interessado apenas em apurar a verdade e não atingir o Executivo

dor observou que não aceitará qualquer tipo de intimidação. E assinalou que não tem interesse em atingir o governo, apenas desvendar a verdade, como deseja a sociedade.

Em apartes, os senadores

Pedro Simon (PMDB-RS), Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR) e Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN) apoiaram a atuação de Efraim na CPI dos Bingos.

Em nome dos presidentes das CPIs em funcionamento no Congresso, Efraim Morais também protestou contra as declarações do presidente do PT, Tarso Genro, na mesma edição do *Correio Braziliense*. De acordo com o jornal, Genro afirmou que as comissões perderam o foco das investigações e passaram apenas a atacar o PT e o governo federal, acusando ainda as comissões de agirem "com covardia".

– Covardes não são as CPIs. Faltou coragem a Tarso, quando não expulsou Delúbio Soares do PT – afirmou.

Lando pede vigília cívica por reformas política e eleitoral

Diante da "absoluta ausência de vontade política para fazer as reformas política e eleitoral demonstrada pelo Congresso", o senador Amir Lando (PMDB-RO) propôs, ontem, que os deputados e senadores façam uma vigília cívica, a partir da próxima semana, nos plenários das duas Casas.

– Proponho que o Congresso Nacional se mantenha em sessão permanente, inclusive aos sábados e domingos, até a aprovação da reforma política ou, pelo menos, daqueles pontos sobre os quais o Senado já se manifestou.

Lando afirmou que, nos momentos de crise, os que estão

fora do poder defendem mudanças no quadro político, sobretudo o eleitoral. Mas, conforme acrescentou, "assim que são alçados ao poder, os antigos defensores das reformas silenciam".

Para o senador rondoniense, "agora é a hora da verdade". Ele advertiu que, ou o Congresso muda a legislação política e eleitoral, ou precisa dizer à nação que tudo não passou de mentira e de mera luta pelo poder, sem qualquer objetivo de se modificar a injusta realidade nacional.

– Mas, agora, ou o Congresso Nacional assume essa atitude de realizar as mudanças, ou se



DESAFIO "Ou o Congresso realiza as mudanças ou se desmoraliza diante do povo", alerta Amir Lando

desmoraliza diante do povo, porque não fez nada para modificar a essência das coisas, a origem, a raiz dos problemas. Ou vamos mudar a realidade ou seremos mudados por uma realidade crítica que se instaura na consciência do povo brasileiro – alertou Amir Lando.



RECURSOS Garibaldi diz que fundo proposto pelo governo vai ampliar investimentos no ensino

Garibaldi defende a aprovação do Fundeb

Preocupado com o resultado de recente pesquisa do Ibope, segundo a qual 75% da população brasileira não possui capacidades plena de leitura e desenvolvimento de textos, o senador Garibaldi Alves (PMDB-RN) defendeu a aprovação de proposta de emenda à Constituição que cria o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb).

– A aprovação do Fundeb vai nos permitir ampliar os investimentos em educação, embora seja necessário muito mais. Não estou falando apenas na alocação de recursos, mas, também, de uma estratégia de desenvolvimento social para os próximos 20 anos, que coloque a educação no ápice de nossas prioridades. Algo que não pertença a nenhum partido ou governo – disse.

Já o senador Cristovam Buarque (sem partido-DF) lamentou a não-implementação do "choque social" previsto na Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) para o ano de 2005 e defendeu a previsão de investimentos para a educação na Lei Orçamentária Anual (LOA) para o exercício de 2006.

– Este país tem jeito, mas não tem jeito sem investir em educação – considerou Cristovam.

Em aparte, o senador Mão Santa (PMDB-PI) destacou o trabalho realizado pelos ex-ministros da Educação Paulo Renato, do governo Fernando Henrique Cardoso, e Cristovam Buarque, do governo Luiz Inácio Lula da Silva.

Agripino cobra melhoria da educação

Ao registrar a realização, ontem, do seminário "Propostas para a Solução da Questão Social", em Salvador, o líder do PFL, senador José Agripino (RN), afirmou que a forma mais eficaz de se combater as desigualdades sociais no Brasil não é a adoção de providências visando o aumento da renda, tais como o programa Bolsa-Família, mas sim a melhoria da educação.

– É evidente que dar uma cesta de alimentos é coisa boa, mas não é o melhor e nem o mais recomendável. Diante da constatação de que a pobreza atinge principalmente as crianças e os idosos



SAÍDA Educação é a forma mais eficaz de se combater desigualdade social, sustenta José Agripino

– sobretudo as crianças –, tem que se pensar em educação – disse Agripino.

Em apartes, os senadores Cristovam Buarque (sem partido-DF), Mão Santa (PMDB-PI) e Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN) manifestaram seu apoio ao pronunciamento de José Agripino.



IDEÁRIO "PSOL não é um partido nanico que usará seus votos como moeda de troca", enfatiza Heloísa

Heloísa Helena anuncia registro definitivo do PSOL

A senadora Heloísa Helena (PSOL-AL) anunciou ontem que o Tribunal Superior Eleitoral (TSE) homologou o registro definitivo do Partido Socialismo e Liberdade (PSOL). O pedido de criação da legenda recebeu apoio de 820 mil eleitores de dez estados. Além de Heloísa, o senador Geraldo Mesquita Júnior (AC) também integra o

partido.

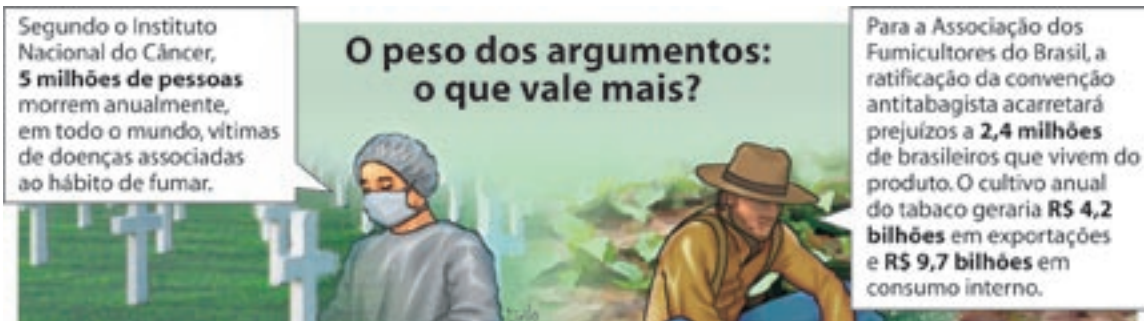
Com a decisão do TSE, o PSOL poderá participar das eleições e da propaganda gratuita, e receber recursos do fundo partidário. Ela e três deputados, expulsos do PT, em 2003, por discordar do governo Lula, vinham lutando pela homologação.

– Quero dizer que o PSOL não é o dono da verdade absoluta.

Não é um partido nanico que usará seus votos no Congresso como moeda de troca, nem venderá sua alma para os donos do poder. É um partido que lutará a serviço dos trabalhadores – enfatizou.

Heloísa chorou quando Pedro Simon (PMDB-RS) afirmou que o novo partido conseguiu apoio popular num

dos momentos de "menor credibilidade dos políticos" e relembrou sua expulsão do PT. A senadora também recebeu apartes de Amir Lando (PMDB-RO), Efraim Morais (PFL-PB), Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR), Geraldo Mesquita Júnior, Papaléo Paes (PSDB-AP), Eduardo Suplicy (PT-SP) e Mão Santa (PMDB-PI).



Controle do tabaco será debatido em audiência

■ CRA reúne autoridades, produtores de fumo e especialistas, em Camaquã, no Rio Grande do Sul

A Comissão de Agricultura e Reforma Agrária (CRA) realiza audiência pública para discutir a ratificação, pelo Congresso Nacional, da Convenção-Quadro sobre o Controle do Uso do Tabaco (PLS 602/04). A questão será debatida na sexta-feira em Camaquã (RS), com a participação de autoridades da área de saúde pública e produtores gaúchos de fumo. O encontro subsidiará a elaboração do parecer do relator, senador Heráclito Fortes (PFL-PI), que irá embasar a decisão dos parlamentares.

O texto precisa ser votado até o dia 7 de novembro deste ano para que o Brasil possa participar de conferência internacional, em fevereiro de 2006, quando será debatida a adoção mundial de medidas de combate ao fumo, incluindo o

apoio financeiro internacional aos países mais pobres. A convenção prevê aspectos como a restrição à publicidade do tabaco, o combate ao contrabando, o estabelecimento de normas para a embalagem das mercadorias e a implementação de programas de educação quanto ao consumo de cigarro.

Aprovada pela Organização das Nações Unidas (ONU) em maio de 2003, a convenção vem sendo discutida pelas comissões do Senado há dois anos. Em 2004, a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE) chegou a promover duas audiências, uma em Brasília e outra em Santa Cruz do Sul (RS). Em agosto deste ano, a CRA debateu o tema por meio de audiências públicas realizadas em Irati (PR) e Florianópolis (SC). Após ser analisado pela CRA, o relatório de Heráclito seguirá para discussão na CRE e na Comissão de Assuntos Sociais (CAS).

Convidados

Entre os 24 convidados pela CRA para a audiência em Camaquã estão a ministra-chefe

da Casa Civil, Dilma Rousseff, e representantes dos ministérios da Agricultura, da Saúde e do Desenvolvimento Agrário. Também participam técnicos do Instituto Nacional do Câncer (Inca), da Sociedade Brasileira de Pneumologia e Fisioterapia e de organizações não-governamentais de combate ao fumo. Também foram chamados dirigentes da Associação dos Fumicultores do Brasil (Afubra), da Federação Nacional dos Trabalhadores nas Indústrias de Fumo e Afins (Fentifumo), de federações estaduais e sindicatos de trabalhadores na agricultura.

Devem comparecer ainda ao debate Germano Rigotto, governador do Rio Grande do Sul; João Carlos Machado, prefeito de Camaquã; o deputado estadual Iradir Pietroski, presidente da Assembléia Legislativa; Odcir Klein, secretário estadual de Agricultura; Osmar Gasparini Terra, secretário estadual de Saúde, e o deputado Ronaldo Caiado (PFL-GO), presidente da Comissão de Agricultura da Câmara dos Deputados.

Cooperação judicial entre países do Mercosul

A Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE) deve aprovar na quinta-feira texto do acordo de cooperação sobre assistência jurídica nas matérias civil, comercial, trabalhista e administrativa, firmado entre os Estados do Mercosul – Brasil, Argentina, Paraguai e Uruguai –, a Bolívia e o Chile. O acordo foi assinado em 2002.

O senador Eduardo Suplicy (PT-SP), relator da matéria na CRE, é favorável à aprovação do projeto (PDL 364/05). Ele explica que o texto determina que o acesso à Justiça de cada país é livre aos nacionais e residentes permanentes neles para defesa de seus interesses. O senador disse ainda que, pelo acordo, as medidas processuais devem ser



RELEVÂNCIA Relator na CRE, Suplicy considera que o acordo contribuirá para consolidar a integração regional

reconhecidas nos países signatários, independentemente de caução ou depósito.

– Trata-se de acordo de alta relevância para a consolidação e o aprofundamento de nosso processo de integração regional. A cooperação judicial permite maior dinâmica, pro-

movendo segurança jurídica a todos os parceiros comerciais, sejam Estados, empresas ou particulares – observa Suplicy.

Outros acordos internacionais também devem ser ratificados pela CRE. Entre eles, o projeto que prevê cooperação com a China para o desenvolvimento conjunto de satélites (PDL 356/05). O senador Pedro Simon (PMDB-RS), relator da proposta, apresentou parecer favorável ao acordo.

Na pauta da CRE está previsto ainda o exame da indicação de Carlos Augusto Rego dos Santos Neves para exercer o cargo de embaixador do Brasil junto ao Turcomenistão e ao Uzbequistão, cumulativamente com o cargo de embaixador na Rússia.

Mozarildo: incêndio em área indígena é "muito suspeito"

O senador Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR) considerou "muito suspeito" o incêndio criminoso do Centro de Formação e Cultura Raposa Serra do Sol, ocorrido no último sábado, poucos dias antes dos festejos que organizações ligadas à Igreja Católica pretendiam promover para comemorar a demarcação da reserva indígena. Crítico da delimitação da área, o parlamentar fez uma avaliação sobre o episódio que, a princípio, contraria as suspeitas de que o ataque teria sido realizado por opositores da medida, homologada pelo governo federal em abril.

– O incêndio ocorre, coincidentemente, quatro dias antes dessas comemorações, para as quais foram convidados um bispo que está na Itália e que começou essa confusão [da demarcação], uma senadora italiana, uma rede de televisão européia e o ministro da Justiça, Márcio Thomaz Bastos – comentou.

O senador também citou matéria do jornalista Amazonas Brasil, que compara o incidente ao incêndio do Reichstag, o edifício do parlamento alemão, em 1933. Segundo o artigo, Adolf Hitler teria mandado queimar o prédio e atribuído o ataque aos comunistas, utilizando-se desse argumento para perseguir esses inimigos políticos. Ao prosseguir com a analogia,



Fotos: Roosevelt Pinheiro

DÚVIDA Para Mozarildo, defensores da demarcação da Raposa Serra do Sol podem ter provocado o incêndio

o jornalista insinua que o incêndio em Roraima teria sido provocado, na verdade, pelos defensores da demarcação.

Mozarildo destacou que a polêmica envolvendo a reserva Raposa Serra do Sol "se arrastou por 30 anos". E criticou a Igreja Católica, acusando a instituição de "impor na marra" a demarcação. Segundo o senador, os indígenas que moram na região seriam contra a delimitação da reserva de forma contínua. O ministro da Justiça também foi alvo de críticas do parlamentar.

– Márcio Thomaz Bastos, contrariando tudo e todos, usou de falsidades no Supremo Tribunal Federal. Ele fez com que as ações judiciais contra a demarcação fossem derrubadas por meio de um artifício que é errado. O presidente da República homologou a reserva em cima de uma mentira – declarou o senador.

Propaganda sobre referendo começa no dia 1º de outubro

Começa no dia 1º de outubro a propaganda gratuita das frentes parlamentares a favor e contra a comercialização de armas de fogo e munição, com vistas ao referendo a ser realizado em 23 de outubro. Cada uma das frentes terá direito a blocos diários de nove minutos, veiculados até 20 de outubro nos seguintes horários: das 7h às 7h09 e das 12h às 12h09 (no rádio); das 13h às 13h09 e das 20h30 às 20h39 (na televisão). Cada bloco será dividido igualmente entre as duas frentes.

Serão reservados ainda 20 minutos diários, inclusive aos domingos, para inserções de 30 segundos, distribuídas ao longo da programação veiculada das 8h à 13h. Essas inserções não poderão ser

divididas em blocos de 15 segundos e nem agrupadas para formar módulos de um minuto.

Durante esta semana, representantes da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), do Ministério Público e das Frentes Parlamentares Brasil Sem Armas e Pelo Direito a Legítima Defesa vão fiscalizar os programas de computador que serão utilizados no referendo. A análise será realizada até sexta-feira no auditório do Tribunal Superior Eleitoral e abrangerá os sistemas gerador de mídias, de controle de correspondência, de votação eletrônica, de justificativa eleitoral, de apuração, de utilitários e sistemas operacionais das urnas, de segurança e de totalização de resultados.

Para Lobão, projeto é uma ameaça à soberania do país

O senador Edison Lobão (PFL-MA) considerou “um escândalo” a China ser o maior exportador de móveis de madeira para os Estados Unidos, tendo em vista que os produtos são fabricados com matéria-prima importada de “forma legal ou ilegal” da Amazônia brasileira. Se hoje os órgãos brasileiros de fiscalização não conseguem impedir a devastação e a “exportação ilegal” de madeira, Lobão questiona se será possível impor algum controle após a aprovação do projeto de concessão das florestas públicas.

O parlamentar reafirmou suas críticas ao projeto das florestas públicas, a ser votado nos próximos dias pelo Senado. Na sua opinião, a proposta é “uma ameaça à nossa soberania” e “abre largas portas para um loteamento da floresta amazônica, a ser aproveitado por empresas nacionais ou estrangeiras”.

Para mostrar a incapacidade dos órgãos brasileiros em controlar a devastação das florestas brasileiras, o senador recordou que, entre 1996 e 1997, pediu ao governo informações sobre

desmatamentos, consulta que teria revelado dados surpreendentes. O Inbra teria atestado a compra de terras brasileiras por empresas estrangeiras, enquanto o Ibama teria alegado falta de competência legal “para avaliar e impedir a exploração ilegal” das florestas do país.

Edison Lobão lembrou ainda uma observação da então senadora e hoje ministra do Meio Ambiente, Marina Silva, sobre os planos de exploração manejada da floresta amazônica. Na época, ela teria admitido a necessidade de cautela com tais planos, cujos resultados benéficos ainda não estariam comprovados.



INCAPACIDADE Lobão afirma que órgãos brasileiros não conseguem controlar devastação das florestas

Empréstimos para aplicação em programas sociais

Dois projetos de autorização para contratação de crédito externo estão entre as 37 proposições que devem ser analisadas pela Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) na reunião de hoje, marcada para as 11h30. O projeto de maior valor refere-se a pedido do Executivo para contratação de empréstimo de US\$ 1 bilhão junto ao Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID). Os recursos serão aplicados no financiamento parcial de programa de expansão e consolidação dos sistemas de proteção social baseados no Bolsa-Família e no Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (Peti).

O outro projeto autoriza empréstimo de US\$ 149,75 milhões pelo Ceará, junto ao Banco Mundial (Bird), para financiar programas de inclusão social no estado. Com garantia da União, a operação vai destinar recursos para ações de saúde, educação básica e fundamental, saneamento urbano e biodiversidade.

Também será examinado o PLS 352/04, de autoria do se-

nador Paulo Paim (PT-RS), que altera dispositivo da lei sobre o Fundo de Universalização dos Serviços de Telecomunicações (Fust) para determinar que pelo menos 30% dos recursos destinados a esse fundo sejam aplicados em educação.

Relator da matéria, o senador Mão Santa (PMDB-PI) emitiu parecer favorável ao projeto, que ainda deverá ser votado pelas comissões de Educação (CE) e de Serviços de Infra-Estrutura (CI), recebendo nesta última decisão terminativa.

Na mesma reunião, a CAE ainda pode votar o PLS 43/04, do senador Almeida Lima (PMDB-SE), que dispõe sobre a certificação e a utilização de créditos oriundos de precatórios judiciais. Conforme o projeto, os certificados – destinados a garantir a certeza, exigibilidade e liquidez dos créditos relativos a dívidas da União, estados e municípios – poderão ser usados por seus detentores para compensar débitos junto à Fazenda Pública nas três esferas de governo e a instituições oficiais de crédito.



POLÊMICA Exploração, por até 40 anos, dos recursos de áreas florestais públicas pelo setor privado é controversa

Nova audiência debate concessão de florestas

■ Projeto será discutido por senadores e especialistas em reunião conjunta de três comissões

Matéria polêmica, o projeto que autoriza a União a oferecer concessões de florestas públicas para exploração dessas áreas pelo setor privado terá, hoje, nova rodada de discussão no Senado. Será a segunda audiência pública destinada a subsidiar a análise da proposta. Dessa vez, o debate contará com a participação de seis especialistas, entre representantes de universidades, de governos estaduais, do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama) e da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa).

A reunião, às 9h30, é promovida pelas três comissões

encarregadas de emitir parecer sobre a matéria – Assuntos Econômicos (CAE), Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA) e Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ). Até amanhã, os membros dos três colegiados tentarão votar o PLC 62/05, de iniciativa do Executivo.

Caso a matéria não seja votada nas comissões, os relatores deverão apresentar seus pareceres diretamente em Plenário. O projeto deve receber decisão final do Senado em 45 dias, porque tramita na Casa em regime de urgência. Não havendo manifestação nesse período, a proposta será colocada como prioridade na pauta de votação do Plenário, o que ocorrerá já na primeira semana de outubro.

Cobiça

A proposta tem como objetivo geral regulamentar a gestão e a exploração sustentável das florestas públicas. Votado na

Câmara no início de agosto, o projeto recebeu modificações. Segundo o governo, o principal objetivo é combater o desmatamento da Amazônia, sem deixar, no entanto, de aproveitar seu potencial econômico. Os críticos da matéria, no entanto, afirmam que a legislação proposta não protege a floresta da cobiça internacional. Já as organizações ligadas ao meio ambiente acreditam que a medida poderá reduzir o desmatamento na região.

De acordo com o projeto, as florestas poderão ser utilizadas tanto para fins extrativistas (retirada de madeira) quanto para atividades não-extrativistas, entre elas o ecoturismo. A concessão para exploração das florestas será limitada a 40 anos, podendo participar da licitação apenas empresas brasileiras. A proposta cria ainda o Serviço Florestal Brasileiro (SFB) e o Fundo Nacional de Desenvolvimento Florestal (FNDF).

Proposta tramita em regime de urgência no Senado

O projeto que regulamenta a gestão e o uso sustentável das florestas públicas é o primeiro item da pauta de votações da Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) na reunião de hoje. A matéria tramita em regime de urgência e será debatida, antes da votação, em reunião conjunta da CAE e das comissões de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) e do Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA).

A proposta precisa ser votada pelas comissões antes desta quinta-feira, a fim de não seguir

para Plenário sem parecer. A CMA deve votar o projeto também hoje, após a audiência.

Na primeira audiência pública, o relator na CAE, senador Jefferson Péres (PDT-AM), antecipou que dará parecer favorável à matéria. Ele disse reconhecer o mérito da iniciativa, apesar de sua condição de opositorista ao governo.

Esforço

A reunião de hoje será também marcada pelo primeiro esforço dos membros da CAE para começar a discutir e votar uma extensa pauta de mais de 500 projetos que aguardam votação

no âmbito da comissão. O presidente do colegiado, senador Luiz Otávio (PMDB-PA), deve apresentar aos demais membros sugestão para que sejam analisados, em bloco, dez projetos com pareceres contrários à aprovação. Os parlamentares esperam conseguir um acordo para a votação simbólica das propostas, o que dispensaria a verificação de quórum.

A estratégia para acelerar as votações foi acordada entre os membros da CAE, que decidiram formar um grupo de trabalho para selecionar as matérias menos polêmicas.

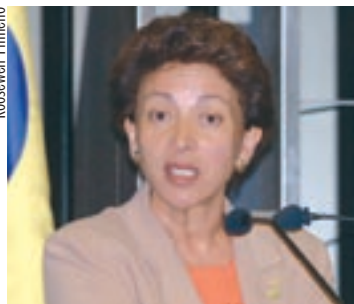


CRÍTICA Antonio Carlos afirma que participação na 60ª Assembléia Geral da entidade foi um fracasso

ACM diz que país foi ridicularizado diante da ONU

O senador Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA) classificou como um fracasso a participação do Brasil na 60ª Assembléia Geral da Organização das Nações Unidas (ONU). Ele opinou que “a tentativa boba” protagonizada pelo presidente Lula, de incluir o Brasil no Conselho de Segurança da ONU, serviu apenas para que o país fosse ridicularizado diante das demais nações.

– Deixamos de atender aos nossos estados para que o presidente da República financiasse uma série de programas em países africanos e sul-americanos – afirmou Antonio Carlos.



CADASTRO Ideli destaca pesquisa que mostra melhoria no quadro geral de empregados

Ideli registra sobra de vagas no mercado sulista

A senadora Ideli Salvatti (PT-SC) afirmou ontem que o crescimento do emprego no país está provocando sobra de vagas no mercado de trabalho de Santa Catarina. Ideli fez o comentário ao citar nota do jornalista Ilmar Franco, publicada no jornal *O Globo*, informando que o ministro do Trabalho, Luiz Marinho, comunicou ao presidente Lula que os números do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados referentes a agosto serão melhores que os de julho.

Renan recebe visita do presidente da Áustria

■ Troca de impressões sobre os sistemas políticos e as relações entre os dois países marca o encontro

O presidente do Senado Federal, Renan Calheiros, recebeu ontem a visita do presidente da Áustria, Heinz Fischer, à frente de uma comitiva que incluía o presidente do Supremo Tribunal austríaco. Eleito pelo Partido Social-Democrata e com mandato até 2010, Heinz Fischer afirmou que essa é a quarta vez que visita Brasília. Participaram do encontro os senadores Pedro Simon

(PMDB-RS), Cristovam Buarque (sem partido-DF) e Ney Suassuna (PMDB-PB).

Heinz disse que atuou 34 anos como parlamentar, sendo que em 12 deles presidiu o Parlamento. Ele explicou que a Áustria é uma república parlamentarista, com mandato de quatro anos para os parlamentares e de seis para o presidente. O Conselho Nacional Austríaco, acrescentou, permite a existência de um mínimo de três partidos e um máximo de cinco. Heinz ainda anunciou que, no próximo semestre, assumirá a presidência da União Européia (UE).

Renan contou a Heinz que o Brasil vive um momento polí-

tico complexo, mas que as dificuldades têm demonstrado o fortalecimento da democracia brasileira.

– Precisamos fazer a reforma política e, ao ouvirmos que a Áustria tem quatro ou cinco partidos, ficamos com uma ponta de inveja. Temos 27 partidos e alguns deles existem apenas para defender interesses pessoais, com grandes prejuízos para o país – afirmou.

Renan ressaltou também que, a partir das eleições de 2006, as legendas obedecerão aos limites impostos pela cláusula de barreira. Para continuar existindo, os partidos deverão obter 5% dos votos em pelo menos nove estados.



LIMITES Presidente Fischer explica a Renan que na Áustria não podem existir mais do que cinco partidos políticos

Como são as relações entre os dois países

As relações entre o Brasil e a Áustria envolvem laços históricos que têm um significado muito especial e incomum no relacionamento brasileiro com outros países. O casamento da arquiduquesa Leopoldina, filha do imperador Francisco I da Áustria, com dom Pedro I, herdeiro do trono português e futuro primeiro imperador do Brasil, constituiu um evento de particular importância à época, cujos efeitos políticos e culturais para o Brasil foram de grande expressão.

A Proclamação da Independência em 7 de setembro de 1822, apoiada e defendida pela própria imperatriz, deu margem a que o governo da Áustria oferecesse seus bons ofícios para negociar o re-

conhecimento da independência brasileira por Portugal. Esse trabalho acabou sendo desenvolvido pela Grã-Bretanha, mas a simpatia de uma potência européia da envergadura do Império Austríaco favoreceu a aceitação mais ágil do novo Estado brasileiro entre as demais nações européias. Em 27 de dezembro de 1825, a Áustria reconheceu a nossa independência, por ocasião de uma recepção oficial em homenagem ao ministro plenipotenciário Teles da Silva, Visconde de Resende. Durante a Segunda Guerra, o Brasil acolheu um dos mais conceituados escritores austríacos, Stefan Zweig.

Atualmente, o Brasil abriga uma comunidade austríaca de 20 mil

pessoas, com colônias estabelecidas no Espírito Santo, Santa Catarina e Paraná.

Se é verdade que as relações entre Brasil e Áustria são historicamente de excelência, desde o início dos anos 90, por circunstâncias diversas, não se registram visitas mútuas de altas autoridades dos dois países. Nesse contexto, a visita do presidente Heinz Fischer ao Brasil, a primeira de um chefe de Estado austríaco a país da América Latina, reveste-se de especial importância. Aguarda-se que a iniciativa renda dividendos econômicos e políticos. E deve representar a retomada do diálogo e pode conduzir à convergência em questões regionais e internacionais.



MUDANÇA Cristovam aproveita o discurso para anunciar sua filiação ao PDT no dia 23 de outubro

Cristovam quer mais assistência para o Haiti

O senador Cristovam Buarque (sem partido-DF) anunciou ontem em discurso que visitou o Haiti, a convite do Ministério da Cultura, e concluiu que estava certo ao votar favoravelmente ao envio de tropas pelo governo brasileiro àquele país, para ajudar na estabilidade política abalada pela deposição do ex-presidente Jean-Bertrand Aristide.

– O que vi foi o reconhecimento da população haitiana ao Brasil em relação ao trabalho que está sendo feito. Mas há o temor de que saiam antes do tempo. O que aconteceu lá foi uma tragédia, quando o ex-presidente Aristide aboliu o Exército, o que dividiu o país em gangues – lamentou.

Cristovam defendeu a criação de uma comissão pluripartidária de senadores para ir ao país observar as ações do Exército brasileiro. O presidente do Senado, Renan Calheiros, acatou a sugestão do senador e o nomeou presidente da comissão externa, que deve indicar mais dois membros.

Cristovam acredita que o Brasil deve contribuir também com assistência técnica, especialmente com obras de esgotamento sanitário, para as quais a tropa de engenharia estaria preparada, dependendo apenas de apoio da Organização das Nações Unidas (ONU). Ele ainda sugeriu que os ministérios “abraçassem a causa do Haiti”.

O parlamentar confirmou sua filiação ao Partido Democrático Trabalhista (PDT), a ser oficializada no dia 23 de outubro. Cristovam disse que escolheu o PDT por sua vinculação com o ensino e pela luta de seus principais expoentes a favor da educação, citando Leonel Brizola e Darcy Ribeiro.